

A EDUCAÇÃO INTEGRAL ALÉM DO DISCURSO E O QUE A MATEMÁTICA DIZ DO REAL

Dabda Mayane Feitosa¹

IFRN - Campus Santa Cruz

Cristiane Maria Praxedes de Souza Nóbrega

IFRN – Campus Santa Cruz²

RESUMO: A educação integral e a escola de tempo integral são termos bastante utilizados entre educadores e estudantes. Contudo, são diferentes em sentido e significado. A presente comunicação tem como objetivo expor o que está por trás do discurso da Educação Integral. Parte-se, inicialmente, da história da educação integral no Brasil, colocando-a em seu contexto social para mostrar a diferença dos conceitos de Educação Integral e Escola de Tempo Integral. Prosseguindo, analisa-se o Programa Mais Educação e discute-se sua proposta de Educação Integral, implantada no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Por fim, são verificados os dados do Programa e se a meta do Plano Nacional de Educação, em relação à escola de tempo integral, será cumprida no tempo estipulado, fazendo uma matematização desses dados. A metodologia dessa pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e em artigos publicados em periódicos e em indicadores da educação. Para maior entendimento, foram utilizados estudos de alguns teóricos como: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Kersteneetzky. Considera-se que ao longo da história do Brasil ocorreram muitas mudanças na educação brasileira e que a ideia de educação integral e a escola de tempo integral se fizeram presentes em vários desses momentos. Contudo, ao matematizar os dados dessa educação, vê-se que a cobertura é de 22% do total de escolas da educação básica que atendem em tempo integral, em 2013, o que representa menos da meta de 50% a ser atingida em 10 anos. Assim, é preciso mais que dobrar a proporção de escolas com Educação em tempo integral para chegar à meta proposta no PNE.

Palavras-chaves: Educação Integral, Escola de Tempo Integral, Programa Mais Educação, Matematização de dados educacionais.

¹ Licenciada em Matemática – IFRN – Santa Cruz/RN – dabdamayane@hotmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem – Professora de Língua Portuguesa/IFRN – Santa CRUZ/RN – cristiane.nobrega@ifrn.edu.br

INTRODUÇÃO

No campo educacional, a busca por uma educação pública que atenda aos anseios da sociedade tornou-se assunto central nas discussões de todas as esferas públicas. Com essa intenção, muitos programas educacionais têm sido lançados e com as mais diferentes propostas.

Uma das metas da educação brasileira, no contexto atual, é a ampliação da jornada escolar, ou seja, mais tempo do aluno na escola. Meta a qual foi idealizada por muitos estudiosos, dentre eles, Anísio Teixeira (1959), considerado um dos principais idealizadores das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira, Darcy Ribeiro (1986), conhecido por seu foco em relação à educação no país, e Paulo Freire (1996), considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica, que lutaram por uma escola pública e de qualidade para todos.

Dentre os programas recentemente implementados, pode-se destacar o Programa Mais Educação, lançado nos primeiros anos do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002/ 2006, 2007/2010).

Muitas discussões emergem na ampliação da jornada escolar, dentre elas, a proposta da Escola de Tempo Integral, que tem como objetivo oferecer aos seus alunos uma formação integral, completa.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Ao longo da história do Brasil ocorreram muitas mudanças na educação brasileira, a ideia de educação integral se fez presente em vários desses momentos. Nas primeiras décadas do século XX, essas mudanças no Brasil se encontraram em todas as áreas – econômica, cultural, política e social – em uma tentativa de romper com o pensamento arcaico que a sociedade estava fundamentada na época, foi aberto então um espaço para discutir uma nova política educacional.

No mesmo século, o famoso “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova” (1932) tratava a questão do ensino sob o ponto de vista que a escola deveria ser laica, gratuita, obrigatória e para ambos os sexos. Anísio Teixeira, considerado um dos principais

idealizadores das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira bem como os demais partidários da corrente escola novista, entendia a educação como vida, e não como preparação para a mesma. Coube a ele, a criação de um novo sistema educacional em Brasília, estabelecendo no terreno das políticas de governo, aqueles princípios defendidos pelos pioneiros. Esse sistema proposto pelo educador para a nova capital foi a ampliação do tempo escolar.

Assim surgiu a forte e marcante presença de uma concepção de Educação Integral, que permeou o cenário brasileiro e se tornou marca registrada do então jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro Anísio Teixeira, durante sua atuação política e administrativa no Brasil.

Anísio Teixeira (1959), junto com muitos estudiosos, dentre eles, Darcy Ribeiro (1986) e Paulo Freire (1996), lutaram por uma escola pública e de qualidade para todos. Mas para isso, Teixeira diz:

Que seria indispensável manter e não reduzir o número de séries escolares, além de prolongar e não reduzir o dia letivo, enriquecendo o programa, com atividades educativas, independentes do ensino propriamente intelectual e preparando um novo professor ou novos professores para as funções mais amplas da escola (TEIXEIRA, 1962, p. 3).

Para compreender os caminhos trilhados pela Educação Integral em nosso país é necessário ler o texto Estatuto nº 1.159 de 2009, de João Monlevade, consultor legislativo, que fez uma análise da obra ‘ Educação não é privilégio’, de Anísio Teixeira, publicada em 1971.

O autor faz uma contextualização da Educação Integral no Brasil, enfatizando que o projeto de educação integral não seria algo novo, visto que, desde os primórdios da colonização do Brasil, nos colégios jesuítas, já se utilizava desse modelo de ensino.

Somando esforços em defesa da Educação Integral, Darcy Ribeiro, anteriormente citado, desenvolveu projetos que defendiam este modelo de educação. Na década de 80, Darcy Ribeiro afirmava que o motivo principal para o baixo rendimento escolar estava na ausência do tempo de atendimento dado às crianças. Segundo ele, as crianças pobres, diferentemente das crianças das classes mais favorecidas, que têm em casa quem estude com elas, só dispunham da escola para lhes ensinar, por isso havia a necessidade de

ampliar o tempo desses alunos na escola, proporcionado um tempo maior de aprendizagem.

Merece referência também o exemplo dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), implantados no Rio de Janeiro, em 1985, no governo de Leonel Brizola, sob a liderança de Darcy Ribeiro. O objetivo do projeto era oferecer escola de tempo integral, por meio da criação de uma nova rede de escolas com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer:

O projeto arquitetônico expressou a preocupação pedagógica em proporcionar aprendizagem, mas sobretudo em favorecer a aquisição de hábitos, atitudes, valores. Em seu interior, as salas de aula, as salas de leitura, os gabinetes médico-odontológicos, os refeitórios bem equipados, as quadras de esportes, a casa dos alunos residentes, ajudaram a construir o mito de uma boa escola como uma escola diferente, protetora da infância e da sociedade, antídoto contra os perigos das ruas. (MIGNOT, 2001)

O governo Collor também procurou deixar sua marca neste tema por meio da criação dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), instituições escolares em tempo integral, implantadas a partir de 1991 em âmbito nacional, mas cujo projeto não teve continuidade, embora o governo Itamar Franco tenha dado certa sobrevida ao modelo, rebatizando as escolas como Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caics).

EDUCAÇÃO INTEGRAL E ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Partindo dessa contextualização histórica, precisamos deixar clara a diferença entre Educação Integral e Escola de Tempo Integral, tanto defendida por estudiosos. Ambas possuem significados distintos e, na prática, resultados bem singulares. Para além de uma ampliação do tempo cronológico dos estudantes na escola, a Educação Integral deve ser vista como uma construção da vida em sociedade.

O conceito de Educação Integral é bastante amplo e os discursos em torno do tema podem se referir a diferentes ideias e formas de implantação. Resumidamente, três desses discursos são:

- a. Educação integral como formação integral;

- b. Educação integral como escola de tempo integral;
- c. Educação integral na educação básica como articulação de saberes a partir de projetos integradores.

O primeiro conceito está presente nas formulações de educação como a busca de formação de seres integrais. Trata-se de oferecer uma educação que transcenda o modelo instrucional e forme indivíduos conscientes de sua inserção na comunidade e no mundo.

A segunda concepção é a da escola de tempo integral. Em geral, está associada à primeira, mas dá destaque à ampliação dos tempos e espaços escolares. Em países desiguais como o Brasil, os defensores da escola de tempo integral argumentam a favor da proteção integral das crianças e dos adolescentes, com vistas à superação de vulnerabilidades sociais, para além dos aspectos estritamente instrucionais. A escola seria, sob esse ponto de vista, um lugar seguro, onde, além de educação, os estudantes receberiam alimentação, proteção e cuidados médicos e psicológicos.

A terceira concepção é a que se aproxima mais dos discursos e dos documentos das políticas de educação integral. Ela visa a oferecer, por meio de várias estratégias comunitárias e governamentais, atividades complementares aos estudantes da rede pública, utilizando para isso a extensão da jornada escolar.

Educação Integral e Escola de Tempo Integral não disputam projetos contraditórios, não são antagônicas. Ambas trazem em si características peculiares, mas complementares: a primeira não existe sem a segunda, mas está, por si só, não basta. Sendo assim, não é suficiente a escola ser de Tempo Integral sem que a mesma não se preocupe em promover uma Educação Integral com um currículo integrado.

Mas, muitas questões emergem na ampliação da jornada escolar, dentre elas atender a proposta da Escola de Tempo Integral que é oferecer aos seus alunos uma formação integral, completa. É importante ressaltar que a Educação Integral não é somente a ampliação do tempo em que o aluno fica na escola, ela ultrapassa esse significado, como diz Anísio Teixeira:

Propomos uma escola que dê as crianças seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física [...], saúde e alimento, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive. (1959, p. 79).

A Educação Integral no âmbito escolar é mais que uma forma de democratização do ensino, ela é uma garantia para que o aluno permaneça na escola, uma vez que a aprendizagem através de vários projetos é uma oportunidade que faz uma grande diferença para as crianças e jovens, e reduz consideravelmente os índices de evasão, repetência e desistência escolar.

Sem dúvida é um desafio oportunizar essa formação integral. A escola sozinha não dá conta de responder à proposta da Educação Integral; é necessário um diálogo com a comunidade em que a escola está inserida.

A escola tem estado ao longo dos anos isolada, afastada e fechada às outras instâncias sociais. Todavia, na formulação para a Educação Integral, ela sozinha não dará conta de cumprir essa nova função social, porque a perspectiva da educação integral transcende a sistematização do conhecimento universal. E amplia-se para um diálogo com as outras esferas da sociedade, que poderão oferecer espaços de interação e de aprendizagem, saberes diferenciados que contribuirão aos seus educandos essa formação completa, inteira, integral. (MEC, 2009).

Mas, para que esse diálogo entre escola e comunidade aconteça, é necessário haver parceria com as entidades públicas ou pessoas que administram o seu uso, assim como firmar acordos com o Ministério Público, os Conselhos Tutelares, as Prefeituras e Organizações não governamentais (ONGs).

No setor público, a educação integral tem aparecido mais recentemente como um dos temas de maior inserção na agenda da educação. O assunto se fez presente nos debates da Conferência Nacional de Educação de 2010, nos programas dos principais candidatos à Presidência da República nas eleições de 2014 e vem recebendo destaque nas discussões no âmbito do Parlamento, com impacto na legislação sobre a matéria e nas políticas públicas de educação nos três níveis da federação.

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, lançado pela Portaria Normativa Interministerial n. 17/2007, incluso no PDE como um programa do eixo “Educação Básica”, tem como objetivo a educação integral entre crianças, adolescentes e jovens, e pode ser apontado como a proposta de Educação Integral do Governo Lula e Dilma.

Discutindo especificamente o Programa Mais Educação, como proposta à Educação Integral, cabe ressaltar que, embora ele tenha sido lançado em 2007, no governo Lula, a proposta de Educação Integral já era prevista no artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 com a possibilidade de progressiva ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola e no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010, reafirmada na Lei n. 13.005/2014, que aprova o novo Plano Nacional de Educação 2014/2024.

O PNE 2001/2010 afirmava a educação de tempo integral como uma estratégia para garantir às crianças das camadas sociais desprivilegiadas a formação mínima exigida na sociedade moderna. Um trecho deste plano explica tal argumento:

A oferta qualitativa deverá, em decorrência, regularizar os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira. A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. (BRASIL/PNE, 2001, p. 23).

O Programa Mais Educação pode ser entendido como afirmação e sequência da proposta de escola de tempo integral, apresentada neste plano, uma vez que a busca pela qualidade educacional se limita à ampliação do tempo de atendimento aos alunos, estratégia que contribui para a diminuição da desigualdade social.

O objetivo principal do programa é ampliar o tempo das crianças nas escolas com vistas a reduzir a evasão, a repetência e a distorção idade/série. O programa prioriza escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), situadas em capitais, regiões metropolitanas e territórios marcados por situações de vulnerabilidade social. (EDUCAÇÃO..., 2009)

O público-alvo do programa compreende os estudantes em defasagem série/idade, os estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental, os estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental e os estudantes de séries em que são detectados altos índices de evasão ou repetência. Na seleção das escolas participantes do programa,

são priorizadas aquelas que contam com maior número de alunos do Programa Bolsa Família.

Para Kersteneetzky (2006), a Escola de Tempo Integral exigiria um aumento no número de escolas e professores, mas seria acompanhada de ganhos em termos de qualidade e ainda aumentaria o bem-estar de crianças pobres e suas chances de ascensão social.

Entre as justificativas para a implantação do programa, está a ideia de que a educação em tempo integral pode tornar a escola mais atrativa e adequada à realidade de crianças e de adolescentes brasileiros, por ampliar tempo, espaço e conteúdo. Para Kersteneetzky (2006), a extensão da jornada escolar possibilita uma maior exposição a conteúdos didáticos.

A Escola de Tempo Integral, por ser um projeto relativamente novo no Brasil, tem sido alvo de críticas e elogios por toda a população. Enquanto alguns veem a ampliação do tempo de permanência na escola como forma de transformação na qualidade do processo ensino-aprendizagem, outros veem como um desvio do papel da escola, já que esta passa a assumir o compromisso da proteção social, que não cabe aos educadores.

Representando um avanço em relação ao PNE 2001/2010, o PNE 2014/2024 apresenta uma meta específica que trata da oferta da Educação Integral: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014, p. 3). Para cumprimento desta meta, são apresentadas nove estratégias.

É dessa forma que a Educação Integral foi pensada e implementada no Governo Lula e continuou sendo desenvolvida no Governo Dilma Rousseff 2011/2014: educação entendida como fundamental no combate à exclusão e a desigualdade e na redução da pobreza, tripé que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico do país, e sua inserção na economia internacional, pressuposto presente no Governo FHC e perpetuado ainda hoje.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PNE 2014/2024: META E MATEMATIZAÇÃO DOS DADOS

O PNE II inova em relação ao seu antecessor no que se refere à educação em tempo integral ao dispor sobre o assunto em uma meta específica (meta 6). O projeto conta com nove estratégias.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. (GOMES, 2015, p. 243).

De acordo com dados do Censo Escolar de 2013, a situação de atendimento em tempo integral atualmente é a seguinte:

Tabela 1 – Matrículas totais e matrículas na educação integral no Brasil – 2012 e 2013 – Rede pública

	2012			2013		
	Matrículas totais	Educação integral	%	Matrículas totais	Educação integral	%
Educação infantil	5.190.128	1.379.701	26,58	5.374.108	1.427.583	26,56
Ensino fundamental (anos iniciais)	13.533.964	1.309.942	9,68	13.188.037	1.876.133	14,23
Ensino fundamental (anos finais)	11.897.602	791.793	6,66	11.506.403	1.202.897	10,45
Ensino médio	7.310.689	268.431	3,67	7.247.776	344.021	4,75
Total	37.932.383	3.749.867	9,89	37.316.324	4.850.634	13

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar.

Quanto ao objetivo de oferecer educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas, trata-se de algo bastante viável, uma vez que qualquer escola poderá ser contabilizada desde que alguns de seus alunos frequentem atividades de ampliação da jornada. No ano de 2013, um total de 51.832 escolas ofereciam educação integral, correspondendo a 34,7% dos estabelecimentos.

A forma como a meta está definida permite avaliar a eficiência. Um sistema que ampliar o atendimento apenas em determinado nível de ensino, por exemplo, terá cumprido a meta do PNE? Do ponto de vista da consecução da meta não haveria nada de

errado. No entanto, essa ampliação da jornada teria como efeito o aumento das desigualdades educacionais, justamente o contrário do que se pretende com a educação integral.

Seguida a estratégia do Programa Mais Educação, poderemos continuar com escolas de tempo parcial em que parte dos alunos frequenta atividades em horário estendido. Embora isso favoreça a existência em cada escola de dois modelos de atendimento educacional funcionando simultaneamente, propicia o alcance da primeira parte da meta com maior facilidade.

Merece destaque na análise desta meta o fato de que, seguindo a lógica já presente no Fundeb e no Programa Mais Educação, toda a educação básica passa a ser objeto da política de educação integral. Temos aí uma diferença marcante em relação às experiências históricas dos Cieps e Caics.

A meta referente à expansão da educação básica pública em tempo integral requererá esforços especiais. A tabela 6 apresenta, para o período de 2009 a 2013, a série de dados referentes às matrículas em tempo integral nas redes estaduais e municipais, computadas para efeitos de distribuição de recursos do Fundeb, conforme as respectivas portarias ministeriais publicadas ano a ano. O fato de não se levar em conta as matrículas na rede federal não afeta a análise, pois a sua participação no total é residual (menos de 0,01% no ensino fundamental e 0,5% no ensino médio).

Com relação à creche e à pré-escola, os dados são inequívocos. Sobre o ensino fundamental e o ensino médio, porém, deve ser feito um comentário. A partir de 2010, para o ensino fundamental, e desde 2011, também para o ensino médio, as sinopses estatísticas da educação básica, publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), passaram a considerar como de tempo integral, além daquelas em jornada diária regular de sete horas, as matrículas referentes às turmas em que, agregando atividades complementares, a jornada diária também alcança sete horas.

Esse cômputo tem pouco impacto sobre o ensino fundamental, mas eleva significativamente o número de matrículas em tempo integral no ensino médio, a partir desses anos, em relação àquelas computadas para o Fundeb. De fato, a diferença, para o ano de 2011, é de 65.000 matrículas (58% a mais em relação ao número registrado para o Fundeb); para 2012, de 90.000 (39% a mais); e para 2013, de 105.000 (35% a mais). A

fim de assegurar homogeneidade nos dados examinados, considerou-se então, que as matrículas relativas às escolas efetivamente organizadas para oferta da educação em tempo integral são aquelas relativas ao Fundeb. As demais constituem, eventualmente, uma transição.

Tabela 6 – Matrículas em tempo integral computadas para o Fundeb no Brasil – 2009-2013

	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2009	801.147	266.457	961.815	57.935
2010	851.345	271.433	1.226.990	61.924
2011	931.407	278.886	1.654.989	111.085
2012	1.018.557	299.984	2.076.380	141.571
2013	1.093.897	333.686	3.052.812	198.154

Fonte: MEC/FNDE – Portarias ministeriais sobre o Fundeb.

- 1) Observa-se progressão bastante expressiva no ensino fundamental e no ensino médio. De 2009 para 2013, qual foi a expansão do ensino médio?

Solução:

Para realizar esse cálculo primeiro se faz a diferença do ano de 2013 para 2009.

198,154

- 57,935

140,219

A segunda parte do cálculo se faz a porcentagem do resultado obtido da diferença dos dois anos.

57,935 _____ 100%

140,219 _____ X

Utilizando da propriedade fundamental das proporções, que nos garante que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios, temos que:

$$51,935 \cdot X = 14021,9$$

$$X = \frac{14021,9}{51,935}$$

$$51,935$$

$$X = 242,028135$$

$$X = 242\%$$

Sendo assim, o ensino médio teve o crescimento de 242%. Calculando as outras modalidades encontramos que, o ensino fundamental teve uma expansão de 217%, na creche e na pré-escola, os números foram bem mais modestos: 36% e 25%, respectivamente.

Esses números correspondem, no total das matrículas em cada etapa da educação básica, às proporções constantes da tabela 7.

Tabela 7 – Proporção das matrículas em tempo integral no total das matrículas na educação básica pública (redes estaduais e municipais) no Brasil – 2009-2013

	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2009	64,0	21,3	3,4	0,8	6
2010	62,9	20,1	4,5	0,9	7
2011	63,4	19,0	6,3	1,6	8
2012	63,3	18,6	8,2	2,1	10
2013	63,2	19,3	12,4	2,9	13

Fontes: MEC/FNDE – Portarias ministeriais sobre o Fundeb; MEC/Inep/Censo Escolar

Observa-se que, desde 2009 até 2013, um período de quatro anos, a proporção das matrículas em tempo integral em toda a educação básica mais que dobrou, passando de 6% para 13%. Essa progressão deveu-se ao incremento ocorrido no ensino fundamental e no ensino médio, visto que, nas duas subetapas da educação infantil, as proporções decresceram. Essa tendência de crescimento aparentemente poderia sugerir a viabilidade do cumprimento da meta de atingir, em dez anos, o percentual de 25% das matrículas em

tempo integral no total da educação básica, menos do dobro do percentual hoje observado. Seria apressada, porém, a conclusão pela relativa modéstia da meta, em face do esforço já realizado. Além do desequilíbrio entre as etapas (o percentual referente ao ensino médio, por exemplo, é ainda extremamente reduzido), o crescimento em números absolutos deverá ser bastante expressivo.

Para efeitos de projeção, pode-se considerar que a meta deverá contemplar 25% das matrículas nas três etapas que correspondem à faixa do ensino obrigatório, isto é, a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. A situação almejada em 2024, em contraste com o número de matrículas em 2013, encontra-se na tabela 8.

Tabela 8 – Matrículas na educação básica pública em tempo integral (2009 e 2013) e projeção de necessidade de expansão para 2024 nas redes estaduais e municipais (em milhares)

	Matrículas 2009	Matrículas 2013	Expansão 2009/2013	Matrículas projeção 2024 ¹	Expansão 2013/2024
Pré-escola	266	335	67	1.019	684
Ens. Fundamental	962	3.053	2.091	5.857	2.804
Ens. Médio	58	198	140	1.725	1.527

Fontes: MEC/FNDE – Portarias ministeriais sobre o Fundeb; MEC/Inep/Censo Escolar

1 – Mantida a mesma proporção de oferta pelas redes estaduais e municipais observada em 2013 (75% na pré-escola, 85% no ensino fundamental e 86% no ensino médio).

Comparando com o esforço feito entre 2009 e 2013, o cumprimento da meta do PNE significa, em dez anos, multiplicar por mais de dez vezes a expansão observada na pré-escola e no ensino médio. Para o ensino fundamental, os números sugerem a necessidade de evolução bem mais modesta e, portanto, mais viável.

- 2) Segundo os dados do Censo Escolar da Educação (INEP), em 2010, das 194.939 escolas de educação básica que tinham matrículas escolares, 42.884 tinham tempo integral. Qual é a cobertura do total de da educação básica?

Solução:

Para fazer o cálculo dessa proporção, assim como na questão anterior é preciso usar propriedade fundamental das proporções, que nos garante que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios:

$$194,939 \text{ — } 100\%$$

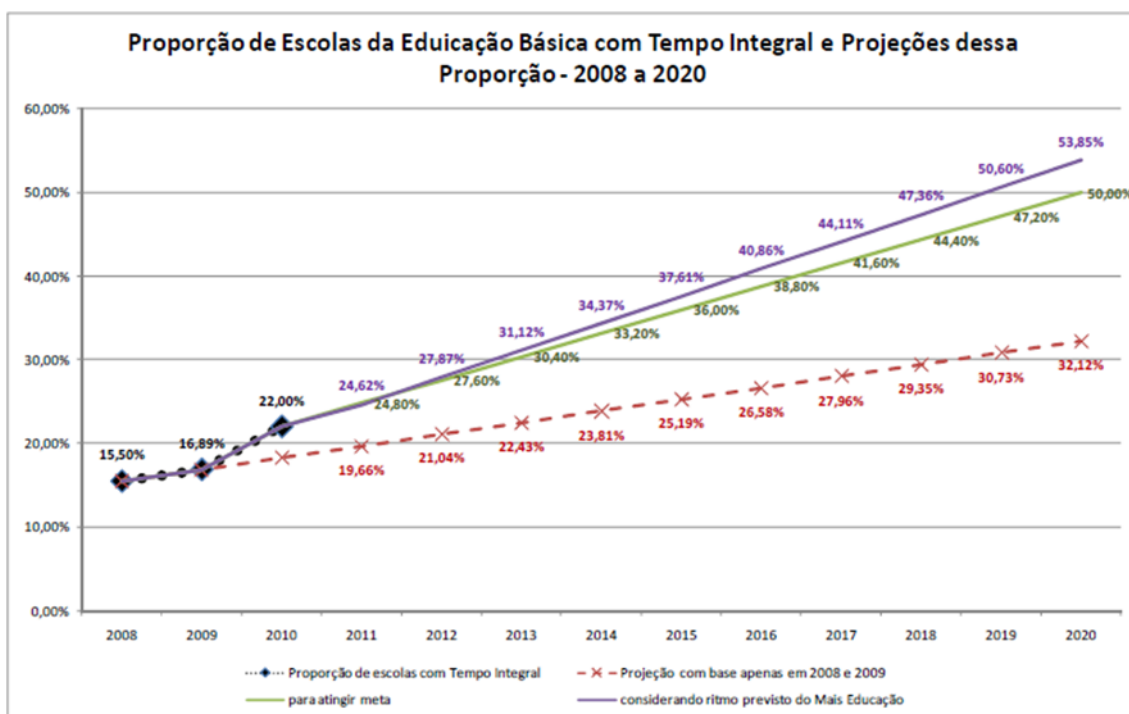
$$42,884 \text{ — } X$$

$$194,939 \cdot X = 4288,4$$

$$X = \frac{4288,4}{194,939}$$

$$X = 21,998$$

$$X \cong 22\%$$



Atualmente, portanto, a cobertura é de 22% do total de escolas da educação básica, o que representa menos da meta de 50% a ser atingida nos 10 anos até 2020. Isto é, é preciso mais que dobrar a proporção de escolas com Educação Integral para chegar à meta proposta no PNE.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica visando conhecer melhor a modalidade de ensino Educação Integral e sua importante contribuição para a aprendizagem do aluno. É propositiva quanto ao objetivo geral, tornando essa pesquisa qualitativa. É bibliográfica, pois o referencial teórico para a elaboração dessa pesquisa é baseado em materiais já publicados, não havendo necessidade de experimentação para a concretização do que nos propomos. É propositiva, pois sugere uma nova visão dos dados usando a matematização do mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar a modalidade de ensino Educação Integral além do discurso. A ideia foi avaliar a história, o conceito, os educadores envolvidos, os programas e metas relacionadas a ampliação da jornada escolar.

A contribuição desse trabalho está na conclusão, explorando os dados da Fundeb, Censo Escolar, Inep e MEC para melhor entendimento em relação aos mesmos foi aplicado uma matematização simples para explicar o desempenho das matrículas nessa modalidade e as projeções para o cumprimento da meta do PNE.

REFERÊNCIAS

GOMES, A.V.A.; BRITTO, T.F. **Plano Nacional De Educação: Construção E Perspectiva**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

TEIXEIRA, Anísio. **Uma experiência de educação primaria integral no Brasil**, Revista Brasileira de estudos pedagógicos, v. 38, n. 87, p. 21-33, Rio de Janeiro, jul./set. 1962.

BRASIL. MEC. **Rede de saberes mais educação: Pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral.** Brasília: MEC, 2009. (Série Mais Educação).

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs.** Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

TEIXEIRA, Anísio. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, jan./mar. 1959.